

A DINÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

Luís Filipe Pereira

O tratamento desta temática obriga a caracterizar o grupo étnico-cultural Macua que ocupa a Província de Nampula e se estende pelas Províncias da Zambézia, Cabo Delgado e Niassa.

A abordagem sob ponto de vista teórico rejeita o conceito de tribo desenvolvido pelos sistemas coloniais, bem como a concepção desenvolvida na primeira fase da Independência de que o tribalismo se identificava com o feudalismo e obscurantismo e constituía impedimento à unidade nacional. A questão da etnicidade está hoje bem presente em vários países da África, da Ásia ou da Europa.

Os Macuas como grupo étnico-cultural e linguístico caracterizado por consciência comum e identidade cultural não são uma identidade homogénea e estática. Há relações complexas estabelecidas no interior do grupo entre os diversos clãs e seguimentos de linhagem que provocaram mudanças profundas devido a factores históricos internos e externos. Houve papéis diferentes assumidos ao longo do processo histórico nas reacções ao poder colonial pelos macuas do litoral e os do interior, como por exemplo na actividade comercial, no negócio do marfim ou da escravatura.

Dentro da estrutura clânica podem observar-se como evoluíram as chefaturas, as relações de dependência e de liderança, as lutas pelo poder, as ocupações diferentes na divisão do trabalho entre homens e mulheres, os conflitos e alianças entre as linhagens, as guerras e os problemas resultantes para a produção agrícola, enfim, as diferentes manifestações culturais e religiosas dentro do grupo.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM PERMANENTE MUDANÇA

A sociedade Macua-Lomwe vivia organizada em pequenos segmentos de linhagem desde o Séc. XV e ocupava um vasto território desde o Oceano Índico à fronteira do actual Malawi, ficando a norte o Rio Messalo e a sul uma margem do Zambeze.

Trata-se duma sociedade matrilinear e exogâmica, o que significa que o casamento se deve fazer fora da sua linhagem ou clã (*Nihimo*). O *Nihimo* é uma entidade mística que marca a origem ancestral que liga os antepassados mortos e os descendentes vivos da mesma comunidade, mas sempre por linha feminina.

Cada seguimento de linhagem, cada chefe de terras está associado a um território específico e bem delimitado. O clã, unidade sócio-cultural mais ampla estende-se e não está por isso confinado a um determinado território específico por força da exogamia clânica. Os filhos de um casal nestas sociedades pertencem sempre ao *nihimo* da mãe. O homem vindo de fora e de outra linhagem quando se casa integra-se na célula familiar da mulher. Ele integra-se também na produção agrícola quotidiana nas terras da sua sogra. O tio materno que tem um papel determinante na educação das crianças também assume a responsabilidade de distribuir as terras pelas suas sobrinhas casadas, onde o casamento é matrilocal e pelos sobrinhos uterinos que residem naquele território. Na dependência do *nihimo* de qualquer comunidade há um chefe de família matrilinear que é também chefe espiritual e político que se designa por *mwene*. A primeira mulher, a irmã do *mwene* e a sobrinha uterina do *mwene*, denominada *piamwene*, constituem figuras importantes do clã.

A economia agrária na sociedade Macua teve sempre uma importância considerável. Nesta zona, onde a terra era abundante e os instrumentos de produção escassos, era o Homem o factor de produção principal. O controlo do processo económico não repousava na apropriação dos meios produtivos, mas antes no controlo do produtor e da sua reprodução. A chave do poder e da riqueza não estava nestas sociedades no controlo da terra, mas no controlo dos homens e das mulheres através dos quais se garantia a produção da riqueza.

ATÉ À CONFERÊNCIA DE BERLIM

Evidências linguísticas indicam a existência duma migração pré-Macua para sul, em direcção ao norte de Moçambique, entre 500 e 1 000 da nossa era. De acordo com Nurse e Mbwilza os Macuas desenvolveram-se dum grupo destes migrantes que se moveram para o litoral norte de Moçambique e se fixaram na zona do Rio Montepuez, onde casaram e assimilaram as populações de caçadores e recolectores pré-bantu da região. Mbwilza refere que os escritos dos primeiros viajantes, entre os Séc. X e XII corroboram com o argumento de Nurse. Subsequentes migrações mais para o sul conduziram à formação dos Lomwe e Lolo. Por volta do Sec. XV este processo de migração e assimilação dos povos pré-bantu estava completo, com os Macuas emergindo como um grupo linguístico dominante na área.

Nos finais do Sec. XV o território dos Macuas foi invadido pelos povos Maraves, constituídos por diferentes grupos, que nos Sec. XVI e XVII se fixaram na região norte do Zambeze conquistando a população aí existente. Estes Maraves designados por Zimbabue tinham capacidade militar e o seu objectivo principal era encontrar uma saída para o mar que favorecesse a sua actividade comercial e os pusessem em contacto com os entrepostos swahilli da costa oriental. Nesta perspectiva impuseram a sua dominação aos Macuas-Lomwe e na luta pelos seus interesses entraram em conflito com os portugueses que haviam ocupado o Vale do Zambeze. No Sec. XVII os Maraves, chefiados por Muzura, consolidaram um Estado poderoso no norte do Zambeze.

No Sec. XVIII os Yao, povos matrilineares do norte, estabeleceram contactos com os Macuas por causa do comércio do marfim que se havia deslocado de Quíloa para Moçambique. Foi nesta altura que o comércio do marfim atingiu o seu apogeu. A exportação do marfim fazia-se pela Ilha de Moçambique. Os Yaos, povos experimentados no comércio participaram activamente no tráfico da escravatura, a partir do Sec. XVIII.

Alguns autores são de opinião que os factores que contribuíram para a alteração gradual da estrutura de parentesco dos Macuas entre os Sec. XVI e XVIII foram: a invasão dos Zimbas, o comércio de longa distância, particularmente o marfim e escravos, conflitos entre linhagens e a Islamização nos finais do Sec. XVIII, que coincide com o desenvolvimento de comércio do marfim e escravos.

A adesão ao islamismo parece tratar-se duma adesão individual de pequenas linhagens como alternativa ao controlo rígido das linhagens superiores.

Quando os portugueses chegaram à costa de Moçambique, fins do Sec XV na procura do ouro, existia na África Oriental, ao longo da costa, uma civilização swahili que se caracterizava por ser já urbanizada, marítima e comercial, estendendo-se desde Mogadixio até Sofala. O comércio era controlado pelos swahilis e árabes.

Com excepção da penetração feita ao longo do vale do Zambeze desde o Sec XVI - sistema de *prazos*, os portugueses não conseguiram penetrar para o interior do território mais do que 10 km, antes da ocupação efectiva que data dos fins do Sec XIX, princípios do Sec XX. O potentado afro-islâmico de Angoche que foi bastião da resistência, só foi submetido em 1910.

Os reinos afro-islâmicos da costa ofereceram sempre uma grande resistência à ocupação do território. Os mais importantes, junto da Ilha de Moçambique, foram:

- Sancul - Baía de Mocambo, ao sul da ilha, entre Lumbo e Mogincual;
- Sangage - Rio Metomede, a sul da ilha;
- Angoche - no Estuário do Rio Meluli, a Sul da ilha;
- Quitangonha - na zona de Matibane - Nacala, a norte da ilha.

Os portugueses, numa tentativa de controlar os circuitos comerciais tentaram incorporar as chefaturas swahili na administração das chamadas terras firmes, na zona frontal à Ilha de Moçambique, mas elas com a sua habilidade diplomática e experiência mantiveram sempre a sua autonomia.

O TRÁFICO DE ESCRAVOS

O poder político do povoamento swahili cresceu muito com o tráfico da escravatura desde o Sec XVIII, o que nos leva a supor que teria havido uma articulação estreita no comércio de longa distância entre os povos swahili da costa e as chefaturas macuas do interior. Vejamos o que se passou com o negócio da escravatura. Não é fácil avaliar, à luz da nossa época e com os valores actuais, o que teria sido a violência deste terrível negócio da escravatura. Quem participou nesta complexa operação?

Foi a partir dos fins do Sec XVIII, depois da importância que tiveram o ouro e o marfim para a economia colonial, que se incrementou o negócio da escravatura.

Os Indianos a quem foram concedidos alguns privilégios de comércio fixaram-se na Ilha de Moçambique a partir do séc. XVII. Mercê do conhecimento do comércio no Índico e da habilidade de penetração para o interior trocam panos e quinquilharias do Oriente com as riquezas africanas como o ouro, o marfim e os escravos. Tiveram um papel determinante na economia como intermediários que se manteve quase até aos nossos dias.

Foram as necessidades de mão-de-obra barata para as plantações de cana de açúcar das Ilhas Francesas das Mascarenhas que estimularam os interesses dos mercadores portugueses, dos governantes coloniais e de todos os comerciantes residentes na Ilha de Moçambique e mais tarde de outros pontos da costa.

As fontes de recrutamento de escravos, nas Comores e Madagascar começaram a escassear e os franceses encontraram em Moçambique a melhor fonte de recrutamento. Estabeleceram os acordos com o governo colonial, passaram a ser os grandes senhores da região, na altura em que Moçambique deixa estar dependente da Índia e ganha a autonomia administrativa e financeira (1752).

O tráfico de escravos aumentou substancialmente no Sec XIX. A troca de tecidos e armas por milhares de escravos por ano pressupõe a existência de redes organizadas de intermediários capazes de escoar para a costa aquela quantidade de escravos. Existiam zonas privilegiadas de razia e captura, caminhos longos controlados pelas chefaturas beneficiárias, homens armados que faziam acompanhamento daquelas filas de escravos até ao litoral onde se instalavam as feiras e se realizavam os negócios de compra e venda. Morreram milhares de escravos por ano no trajecto ou nas feitorias a espera de embarque. Estima-se que entre 1750-1900 mais de quatro centenas de milhares de escravos partiram para as Ilhas do Indico, para as Américas, Golfo Pérsico e Oriente.

A Macuana foi uma das zonas mais sacrificadas por este flagelo. O negócio da escravatura acentuou a luta de interesses contraditórios, os conflitos entre os clãs. Foi nesta altura que surgiram alguns Chefes poderosos em Cambira e Uticulo. Estas chefaturas tinham relações estreitas com os reinos Afro-Islâmicos da costa que controlavam directamente este processo transoceânico e estabeleciam os contratos com os mercadores portugueses, indianos, ou arábicos.

A abolição da escravatura que prosseguiu clandestinamente até aos princípios do século XX deparou-se com grandes resistências dos colonos e dos governos coloniais que obtinham grandes proventos com este negócio e ainda das chefaturas swahilis e macuas que beneficiavam também com este tráfico.

Alguns autores como Alpers pretendem encontrar aqui as raízes do subdesenvolvimento. As perdas humanas de jovens em plena fase produtiva foram incalculáveis, desorganizaram-se as estruturas sociais e clânicas, enfraqueceu-se a capacidade económica e política destes povos macuas. Mas as marcas profundas ficaram registadas na mente das pessoas e reflectem ainda hoje no seu comportamento.

Apesar das famílias alargadas absorverem os produtores de origem cativa as diferenciações sociais entre os que são de origem swahilis, estrato dominante que maiores benefícios auferia com negócio da escravatura e as populações livres de origem escrava ainda hoje se podem observar. Nos actos importantes da vida, como por exemplo no casamento, os extratos dominantes funcionam em ciclo fechado.

Uma vez abolido o tráfico de escravos era preciso encontrar outras fontes de receita e explorar a mão-de-obra existente. A alternativa viável era a agricultura e Nampula oferecia condições bastante favoráveis para as oleaginosas.

À Inglaterra não interessava mais o trabalho escravo mas o trabalho livre e assalariado, a mão-de-obra barata para objectivos industriais. Daí a procura que as economias ocidentais fizeram das oleaginosas, amendoim, borracha, copra e óleo de palma. A introdução das oleaginosas representa a última fase do capitalismo mercantil e a transição para o período imperialista de colonização efectiva. A escravatura dá lugar ao trabalho forçado na economia de plantações, onde se instalam as grandes Companhias Majestáticas e concessionárias como a companhia de Moçambique e a companhia do Niassa. Os camponeses passam agora a produzir para o mercado internacional.

A incapacidade de Portugal explorar as colónias força o governo colonial a ceder em Moçambique grandes extensões de terra a companhias estrangeiras (onde predomina o capital alemão, inglês e francês) que possuem o direito sobre os recursos naturais e controlo das populações, o monopólio do comércio da exploração mineira, da atribuição de terras, do pagamento dos impostos.

Estas companhias ocuparam as províncias de Manica e Sofala, Niassa e Cabo Delgado e algumas outras província da Zambézia mas, a sua administração não abrangeu directamente a província de Nampula.

COLONIZAÇÃO EFECTIVA

Depois da conferência de Berlim em 1884/85 Portugal devia prosseguir a ocupação colonial e efectiva e promover o desenvolvimento económico nas suas colónias. Como a situação de Portugal era precária, a única saída foi a de fazer concessões durante um certo tempo às Companhias Majestáticas na esperança de atrair investimentos.

Para além do trabalho forçado o sistema colonial impôs uma política de baixos salários e introduziu o imposto palhota compulsivamente para ser pago em géneros ou espécie.

Para fugir à violência do imposto palhota e da exportação da força de trabalho feito pelas companhias algumas populações fugiram para os países vizinhos.

Quando se procede à avaliação dos resultados destas companhias pode verificar-se que as regiões onde actuaram não se desenvolveram e que o esperado investimento de capitais não teve lugar.

A ocupação colonial efectiva de Nampula não foi fácil para os Portugueses. As primeiras tentativas fracassaram porque os *grandes mwene* macuas, os chefes de linhagem Mocutu-Munu, Komalu, Kuphula, Mukapera e os Scheiques da costa articularam-se contra o exército colonial. Os Namarrais no Mossuril ofereceram grande resistência às tropas de Mouzinho de Albuquerque. Estes povos swahilli da costa e os povos do interior estavam decididos a defender o seu território e os seus interesses, conheciam o terreno e possuíam armas que tinham sido trocadas por outros produtos pelos comerciantes portugueses, franceses e indianos. A estratégia usada pelos portugueses passou a ser então a tentativa de ocupação ao longo dos vales dos rios ainda em 1905, Lúrio, Mecubúri, Monapo, Ligonha, por linhas perpendiculares à costa. Com a utilização de armamento mais sofisticado e a divisão criada que aliciou a colaboração de algumas chefaturas do interior que estavam em conflito com os potentados escravagistas da costa foi possível fazer ocupação do território da costa para o interior e do norte para o Sul.

As consequências da ocupação colonial provocaram a destruição das unidades políticas existentes, a fragmentação em pequenas unidades em base na linhagem. Aproveitando esta situação de fragmentação política local o Estado monta em cima dela a sua máquina administrativa e colonial.

Para facilitar a actuação dos administradores e chefes de posto, o governo colonial concebe a autoridade tradicional dividindo as chefaturas em pequenos territórios. A nova hierarquia colonial composta por régulos, cabos de terra e cipaio pretende substituir-se à hierarquia política tradicional, mas as funções do chefe de linhagem pouco se alteraram.

Nos fins do século XIX, a crescente integração das unidades domésticas e das linhagens no sistema de trocas internacionais teve também impacto sobre a organização linhageira matrilinear e sobre a residência uxorilocal da unidade conjugal. Houve um

controlo rígido dos circuitos matrimoniais das alianças entre as linhagens, da integração dos jovens maridos na célula produtiva da esposa.

Aconteceu até que nas chefaturas Meto e nas regiões litorais de influência swahili, os extratos dominantes recorreram aos casamentos com mulheres e homens captivos para garantir a permanência do território de linhagem, fazer a punção do sobre-trabalho dos maridos captivos e criar grupos dependentes.

Em 1907 a administração colonial divide a Província de Moçambique em 5 distritos, Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique. As populações chamadas indígenas ficavam sob controlo das circunscrições e postos administrativos. Contudo esta divisão do território em unidades políticas permitiu o reforço do sistema social linhageiro e o control das áreas de cultivo pela linhagem.

Entre 1885 e 1930 a produção agrícola incide sobre a cana de açúcar, coqueiro, sisal e caminha para uma fase agroindustrial com as pequenas fábricas anexas. As machambas de produção familiar ligadas a culturas alimentares também produzem para a exportação. As tradicionais culturas de mapira e meixoeira dão lugar às culturas predominantes do milho grosso e da mandioca a partir do século XIX. A cultura do algodão desenvolve-se a partir de 1920, seguido algum tempo depois pela cultura do cajueiro.

A partir de 1933, com a entrada do Estado Novo de orientação fascista, a administração pública cria o Ministério do Ultramar e os Governos Gerais nas colónias. O regime fascista de Salazar em contacto com a crise económica, queda dos preços e exploração intensiva das zonas rurais decide eliminar algumas concessões e reforçar o sistema de administração directa de controlo do Estado.

A exploração intensiva do solo com as culturas de rendimento, culturas obrigatórias e áreas excessivas de algodão em detrimento das culturas alimentares conduziu a situações de fome, epidemia e exaustão dos solos. Por volta de 1950 esta situação ocorreu em Netia, Memba, Namapa, Mogovolas e mais tarde em Murrupula.

Com a imposição das culturas obrigatórias e das áreas de cultivo controladas, para homens, mulheres e solteiros surge o desenvolvimento da instituição familiar nuclear, como unidade de produção, consumo e depositária dos bens próprios que acaba por estar em conflito com a estrutura do poder no seio da linhagem.

Na década de 40-50, por necessidade da economia colonial, tenta-se recuperar as estruturas políticas supra-linhageiras, os chefes tradicionais para promover o enquadramento das unidades familiares no seio das linhagens e estas dentro do regulado. Mas a resistência dos camponeses manifesta-se pela rejeição das culturas obrigatórias, reduzido rendimento por unidade de área, resistência à política de assimilação colonial e contestação.

Em 1960, o desenvolvimento da cultura familiar do cajueiro e da comercialização da castanha introduz novas mudanças que se reflectem na organização clânica.

Quando o cajueiro se torna propriedade e herança passa a ter importância sócio-económica para a unidade familiar e circula entre os homens através de formas de casamento virilocal. Esta nova posição do homem produtor no seio das unidades domésticas tornou a família mais individualizada e afastada da propriedade da sogra.

LUTAS DE RESISTÊNCIA

A resistência e a ocupação colonial oferecida pelos islamizados do litoral, potentados e reinos swahili e macua manteve-se praticamente até aos princípios do séc.XX. Estes povos obrigaram os portugueses a fixarem-se junto à costa, impedindo a sua progressão para o interior.

Disputava-se há muito a hegemonia comercial desta zona do Índico. Os portugueses por meio da força das armas e da divisão entre as chefaturas fazem progressão das campanhas de conquista iniciadas a partir do litoral.

Em 1885 , passam a controlar o sultanato de Angoche, as zonas de Sangage, Mongicual, Moma, Lunga e Matibane.

Mais tarde, conseguem controlar as vias de penetração de Mecuburi e da Macuana, o percurso das célebres caravanas do Niassa, que vinham ao litoral carregadas de escravos e outros produtos de valor. Só em 1907, dominam a região da actual Nampula.

Para consolidar a dominação ,o sistema colonial esboçou uma Reforma Administrativa onde o distrito passa a ser dividido em Concelhos e Circunscrições nas zonas consideradas pacificadas e Capitánias-mores nas zonas recém conquistadas.

Apesar das diferenças de concepção entre os swahilis islamizados, povos urbanizados e conhecedores do comércio e da navegação e os reinos macuas do interior, povos matrilineares e dedicados à agricultura ,foi possível fazer alianças para manter a rede em que assentavam os circuitos comerciais. Efectivamente, depois de consolidada a dominação colonial, os povos de Moçambique perderam a sua liberdade e independência.

A dominação colonial no quadro de desenvolvimento capitalista e de produção para o mercado acabava por interferir na vida das unidades familiares por meio da imposição do sistema de trabalho forçado, do imposto da palhota, dos impostos em géneros, dinheiro ou trabalho, da imposição forçada das culturas de rendimento como aconteceu com o algodão a partir de 1938 porque não satisfazia as necessidades da indústria têxtil portuguesa, situação agravada pela subida do preço no mercado mundial.

Segundo a opinião do Administrador Branquinho vastas áreas ficaram despovoadas entre o Lúrio e o Ligonha , actual Província de Nampula , entre 1916 e 1933 por terem sido alvos de violências praticadas pelos sipaios e alguns régulos, que

obrigaram estas populações e os seus chefes a refugiar-se nos territórios da Companhia do Niassa na Niassalândia e Tanganika . Destas populações, alguns regressaram e outras preferiram manter-se no exílio.

"Nos últimos anos da década de 50, as actividades anti-coloniais em África ganharam novo dinamismo. Após 1957, ano em que a luta nacionalista deu origem á independência total do Gana, começa a programar-se a independência da Nigéria, colónia britânica mais populosa em África.

A luta anti-colonial na África do Sul, Rodésias, Niassalândia atingiu novas dimensões. A luta política naqueles territórios encorajou as actividades de alguns emigrantes moçambicanos que trabalhavam naqueles territórios. Em 1960 foi o ano das independências em que 17 colónias africanas se tornaram independentes.

A consciência política aumenta gradualmente no território moçambicano. As revoltas dos nacionalistas sucedem-se em várias regiões. O massacre de Mueda em 1960, contribuiu para acelerar a mobilização política e proporcionar maior adesão popular á luta contra a exploração colonial.

O aumento da repressão colonial provocou necessariamente uma melhor organização da resistência. Foi neste contexto que a Frelimo surgiu em 1962, como produto da unidade dos vários movimentos que actuavam fora do território. Destaca-se aqui o papel de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, intelectual e académico, natural da província de Gaza.

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Foi também nesta fase, a partir de 1960, que a contestação cultural e política aumenta, através das mensagens dos escritores, poetas e artistas plásticos, das greves dos trabalhadores dos portos, dos protestos do campesinato, da recusa ao pagamento do imposto de palhota, da fuga para os países vizinhos. Aqui se organizam os grupos de moçambicanos dispostos a lutar contra o sistema colonial. Eduardo Mondlane desempenha um papel de destaque na unidade destes movimentos que dão origem À criação da Frelimo em 1962.

A informação sobre a independência dos países africanos e particularmente da vizinha Tanzania trouxe coragem para a organização das primeiras exigências políticas que tiveram como resposta do sistema colonial os massacres e as prisões. Sem nenhuma possibilidade de diálogo a Frelimo organiza a luta de libertação nacional que em poucos anos e com a participação das lutas de outros povos colonizados e do povo português, conduz à queda do fascismo e à conquista da independência em 1975, sob a direcção de Samora Machel, primeiro Presidente da República de Moçambique.

Quase todos os grupos aderiram à luta armada e se identificaram com o processo de libertação do País. Contudo, importa referir que não foi fácil a adesão dos macuas ao

processo da luta armada e por esse motivo as acções militares não tiveram lugar na província de Nampula. Porém é de salientar a adesão massiva do grupo macua à independência e a esperança depositada naquela conquista.

Assim se compreende que a independência não tenha sido concedida mas conquistada por meio duma luta armada conduzida pela Frelimo, que visava a recuperação da liberdade, da dignidade e da identidade cultural dos moçambicanos.

A Frelimo assentou a sua liderança nos grupos que se destacaram na luta de libertação, os makondes que deram início à luta armada e os machanganas com uma longa tradição de resistência.

A luta clandestina articula-se com a luta armada. A luta armada estendeu-se rapidamente a várias províncias do país e nalgumas delas se implantou o modelo das zonas libertadas. Contudo na província de Nampula, as chefaturas e as populações que aderiram ao entusiasmo da independência, não se envolveram directamente na luta da libertação nacional. Teriam tido influência o despovoamento de certas regiões ao sul do Lúrio apontadas por Branquinho? Ou teria sido a presença antiga dos reinos Swahilis islamizados e envolvidos no tráfico da escravatura? Ou ainda a estrutura social dos macuas pouco centralizada com vários segmentos clánicos?

Importa referir que foi em Nampula que foi instalado o aparelho de guerra para combater e destruir a Frelimo.

A revolta dos capitães portugueses contra a guerra colonial marcada pela queda do regime fascista em Abril de 1974 até aos Acordos de Luzaka e o Dia da Independência foi uma etapa de grande ansiedade e expectativa.

A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A experiência das zonas libertadas onde a população rural se concentra em aldeias comunais e cooperativas que possibilitam o aumento da produção para a subsistência e suporte da luta armada constitui um modelo dominante a estender em todo o país, independentemente do conhecimento dos diferentes contextos históricos e económicos das restantes regiões do país.

Logo após a independência, foi definida uma concepção uniformizada para o mundo rural, como estratégia de aceleração do desenvolvimento económico e garantia duma distribuição mais equitativa. Estabeleceu-se a estratégia das aldeias comunais e cooperativas como forma de acumulação de riqueza para investimento nos bens de produção nos serviços sociais de educação e saúde que deveriam ser gratuitos.

Na primeira fase de socialização do campo algumas das medidas pareceram ter um impacto bastante positivo, mas o projecto ficou condenado ao fracasso porque não tomou em conta a existência de estruturas sociais e clánicas, de poderes tradicionais,

alheando-se das necessidades reais das populações. Apareceram as machambas do povo, mas os camponeses foram mantendo as suas machambas individuais e as suas casas nas suas comunidades rurais. Foi necessário por vezes destruir as casas dos camponeses para os obrigar a viver nas aldeias comunais e assim demonstrar que aquela era a melhor opção. Com a perspectiva cega e convicta de combate ao obscurantismo e à ignorância, foram eliminados os poderes tradicionais, foram escolhidos e designados novos chefes das aldeias que muitas vezes coincidiram para surpresa das entidades políticas com as próprias chefaturas locais. Isto resultou da vontade expressa das populações.

Depois da independência em 1975 e durante vários anos foi crescendo o entusiasmo e a adesão popular às medidas tomadas pela Frelimo e pelo governo de Moçambique.

Os discursos do Presidente Samora Machel galvanizaram todas as camadas e extractos sociais tocando particularmente os intelectuais que se dispuseram a intervir activamente na reconstrução do país.

Havia a consciência clara que a partida dos técnicos portugueses tinha deixado um vazio difícil de preencher naquela época. Alguns sectores económicos paralizaram porque as empresas foram encerradas, a rede comercial no campo ficou inactiva ou abandonada. A produção de culturas alimentares e de rendimento baixou consideravelmente. Os alimentos escaceavam nas cidades, as prateleiras das lojas foram se esvaziando e foi preciso montar um sistema de racionamento para distribuição de alimentos.

As nacionalizações da terra, dos prédios, da educação e da saúde pareciam assegurar que as promessas da revolução estavam a ser cumpridas e assim seriam beneficiadas todas as camadas da população. O sentimento era de que estavam a ser reconhecidos os direitos dos cidadãos à justiça, à educação e à saúde. Mas as nacionalizações não agradaram igualmente a toda a gente. Alguns moçambicanos sentiram-se lesados e a Igreja Católica por exemplo, mostrou logo a sua insatisfação. Sem dúvidas que nesta altura houve grandes progressos no acesso à educação e à saúde.

O terceiro congresso da Frelimo, realizado em 1978 definiu a opção socialista e a economia planificada e centralizada.

O Estado passa a ter um papel determinante, era a solução para todos os problemas. Foi neste quadro que se traçou o PPI-Plano Prospectivo Indicativo, gerido pela Comissão Nacional do Plano, na base da experiência do modelo socialista dos países do leste europeu. Trata-se de uma estratégia de grandes projectos estatais que acabou por fracassar. Segundo a opinião de Castelo Branco em "Opções económicas de Moçambique, 1975/1995 in" Eleições, democracia e desenvolvimento coordenado por Brazão Mazula "O PPI centralizou o processo de acumulação no Estado, centralizou o investimento no sector empresarial estatal, marginalizando os restantes sectores da

economia, passando o sector familiar a ser simples reprodutor da força de trabalho e gerador da mais-valia".

Em Outubro de 1986, Samora Machel morre vítima do Apartheid num acidente aviação em território sul africano.

Mais tarde em 1987 o PPI dá lugar ao PRE, Programa de Ajustamento Estrutural, financiado pelo Banco Mundial e FMI.

Este programa pretendia manter o equilíbrio macro-económico dar maior flexibilidade e eficiência á economia, corrigir os erros do PPI. A sua intenção foi ade controlar a inflação por meio da desvalorização, acelerar a privatização e liberalização do mercado, privatizar as empresas estatais, recuperar custos no fornecimento de serviços essenciais, como a saúde e a educação. Estas mudanças em sectores tão sensíveis provocaram descontentamentos e interrogações.

A confiança na economia de mercado, considerou que os agentes económicos moçambicanos seriam capazes de reagir aos incentivos de preços, seriam capazes de inovar e intervir. Mais uma vez, não foram considerados os condicionalismos e os constrangimentos estruturais e sociais.

É evidente que se tratava duma mudança radical, concepção baseada na filosofia liberal e capitalista completamente distinta do PPI. Passa-se da solução mágica do Estado para a crença desmedida no mercado, passa-se da economia centralizada para a economia concorrencial. Tanto o PPI como o PRE, falharam porque não tomaram em conta as condições e os contextos onde se inserem todos factores e intervenientes da realidade do nosso país.

Relativamente ao campo, a Frelimo na tentativa de provocar mudanças radicais no tecido social promove a política das aldeias comunais no campo como estratégia de desenvolvimento. Na sua actuação, hostiliza os chefes tradicionais, confunde os diversos níveis de chefatura com os régulos, combate algumas práticas culturais e religiosas, confronta-se com o universo sócio cultural dos camponeses. Transporta-se concepção de organização do Estado para as zonas rurais, promove-se a difusão dos grupos dinamizadores.

Do entusiasmo inicial da independência, as populações das zonas rurais manifestam a desilusão, a desconfiança e preparam-se para a resistência.

A GUERRA "CIVIL" E O PÓS-GUERRA

Naturalmente que a Renamo encontrou as condições favoráveis para o seu discurso e actuação junto dos notáveis das linhagens e das chefaturas, cuja autoridade

tinha sido rejeitada e junto dos jovens que fugiram do campo e não conseguiram a integração nas zonas urbanas.

Esta separação forçada das famílias, dos grupos de linhagem, dos filhos casados com a atribuição de talhões nas zonas afastadas teve como resultado uma produção escassa e insuficiente nas aldeias comunais e uma produção reduzida das unidades residenciais isoladas da família nuclear, completamente incapazes de produzir para a sua subsistência.

Hoje as unidades familiares tendem a reorganizar-se, mas os contextos económicos e políticos da globalização são totalmente diferentes. Os níveis de participação dos camponeses na discussão das suas opções e do seu destino são cada vez mais reduzidos.

O regime do Apartheid não poderia tolerar a ousadia da conquista da Independência na sua área de dominação e muito menos aceitar o desafio da construção do socialismo. Com o apoio da Rodésia foi-se preparando o movimento de resistência e criando as condições para a destruição massiva dos esforços bem sucedidos nas áreas de educação e da saúde.

A Renamo que foi criada na Rodésia com objectivos bem definidos, de travar a independência de Moçambique e as mudanças que se desenvolviam na região passa a ter o suporte do Apartheid na África do Sul, assenta o seu crescimento nas populações do centro do país. Encontra nas regiões do Centro e do Norte, as condições mais propícias para aceitação do seu discurso étnico, o seu projecto de guerra pela guerra provoca a destruição de infraestruturas, o desgaste psicológico e a instabilidade política.

Em fins de 1988, mais de três milhões de pessoas precisam de ajuda de emergência, para além de um milhão de deslocados dentro do país, de dezenas de milhares de deficientes afectados pelas minas. Se associarmos as destruições causadas pela guerra às calamidades naturais que afectaram o país, como as secas, ciclones e chuvas intensas, podemos imaginar o estado de descrédito em que se encontravam as populações que viviam no campo ou na cidade.

Na província de Nampula as populações de algumas zonas da Macuana aderiram à Renamo, enquanto outros líderes e populações dos Chakas por exemplo, preferiram manter-se sobre a tutela da governação. São várias as razões, umas imediatas e outras de carácter histórico que podem explicar esta situação.

Em 1992 foi assinado o acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo, que renovou as esperanças de estabilidade política no âmbito de uma democracia multi-partidária.

Depois da guerra, as cidades ficaram superlotadas porque constituíam polos de atração e garantia de segurança. As cidades porém, não estavam preparadas nem possuíam infraestruturas para assegurar a subsistência das populações então fugidas da guerra.

Uma vez terminada a guerra, restabelecem-se as culturas alimentares de subsistência e as culturas de rendimento, geridas pelas grandes empresas concessionárias. Estas grandes empresas fornecem incentivos aos produtores familiares para a produção das culturas de rendimento de que são monopolistas, jogando assim o papel de agentes directos na comercialização dos produtos.

Hoje pode notar-se um desequilíbrio nas relações homem-mulher, velhos e jovens. Vão desaparecendo algumas das antigas redes de solidariedade, sobretudo nas cidades.

Na divisão do trabalho, até antes da guerra a tendência era as mulheres dedicarem-se às culturas alimentares para consumo doméstico e os homens como contratados para as culturas de rendimento das empresas. Contudo, a actual tendência é de crescimento da quantidade de produção de rendimento pelas famílias rurais sob o fomento das concessionárias e uma diminuição da agricultura de escala pelas empresas. As unidades familiares dedicam grande parte da sua energia e tempo, nas fases de sementeira e colheita às culturas de rendimento.

Hoje nos meios urbanos, particularmente em Nampula, a família tradicional está em crise, as uniões matrimoniais são precárias, há mães de menor idade e crianças desamparadas, há elevadas taxas de desemprego. A marginalidade, a prostituição, o alcoolismo, a traficância e a criminalidade tendem a aumentar, porque aumentam também a pobreza e a exclusão social.

DEMOCRACIA MULTI-PARTIDÁRIA

Em 1994 ,o voto nas eleições aparece repartido entre a Frelimo e a Renamo. Como é que um partido que deixou as marcas das atrocidades ,com um projecto de guerra pela guerra ,consegue obter estes resultados?Na província de Nampula onde a guerra teve um certo impacto nas estradas principais,a Renamo obteve a maioria dos votos que foi novamente confirmada nas eleições de 2000 .O voto na Renamo poderá ser entendido como uma forma de contestação do partido no poder há vários anos. Nos resultados da votação de 1994 pode ainda observar-se que a Frelimo obteve resultados mais favoráveis nas zonas urbanas e a Renamo nas zonas rurais.Outra constatação que se pode fazer é de que as províncias do centro votaram maioritariamente na Renamo e que as províncias do sul maioritariamente na Frelimo.Pode ainda observar-se que a participação das mulheres no Parlamento tem vindo a aumentar.

A descentralização efectiva poderá criar as condições para que os representantes das comunidades ao nível do distrito, do posto e da localidade possam emitir livremente as suas opiniões e resolver os seus problemas. Não será fácil encontrar o equilíbrio entre a descentralização e as tendências governativa para a centralização.

A lei de 3/94 define que o Estado moçambicano reconhece como princípio básico da organização administrativa e democrática a instituição dos destritos municipais.Os

distritos municipais podem ser urbanos ou rurais, correspondendo os primeiros às cidades e os segundos às circunscrições com categoria de distrito esta lei abrange todo país do Rovuma ao Maputo e permite que a democracia participativa se desenvolva ao nível da autarquia. Ancontece que uma lei posterior nº2/97 altera a situação e torna-a mais restritiva. Considera-se agora que as autarquias locais são os municípios e as povoações e define-se pela lei nº10/97 que só existem em condições mínimas para a criação de municípios de cidade e de vila em algumas circunscrições territoriais que são aquelas que passam a mencionar-se. Esta restrição significa que a maior parte dos distritos ficarão privados de funcionar como autarquias e terão de possuir condições mínimas que na lei não estão especificadas.

Na Província de Nampula só foram consideradas autarquias as cidades de Nacala, Angoche e Ilha de Moçambique

Ao concretizar-se o dispositivo do Anteprojecto da lei dos órgãos locais do Estado, que prevê a instituição de Conselhos Consultivos a vários níveis importa reconhecer que ao nível da localidade se poderá assegurar um correcto funcionamento democrático.

ALGUMAS REFLEXÕES SOLTAS

De acordo com as previsões demográficas em África corre-se o risco de no decorrer do próximo século a maior parte da população se tornar urbana. Na província de Nampula o fenómeno da urbanização é preocupante porque a cidade continua a ser atractiva, oferece condições de educação e saúde, possui energia eléctrica e água que o campo não tem. Mantêm-se a detioração dos termos de troca entre o campo e a cidade, o mundo rural não é capaz de revitalizar a cidade, nem a cidade é capaz de absorver a mão-de-obra desequilibrada e de baixo custo onde não existe a competência e o saber fazer.

Nalguns países africanos os pequenos officios, no quadro de empresas familiares, tem sido uma saída para as populações que chegam à cidade. Contudo no nosso caso, os índices de pobreza em possibilidade de acesso ao crédito, a dificuldade de absorção de pequenas tecnologias impedem a integração e ocupação daqueles novos residentes.

Relativamente aos países de África predomina por vezes a concepção junto de políticos e financiadores de que na fase colonial se lançaram as bases do desenvolvimento e do progresso e que os quadros técnicos daquele período partiram para os seus países ficando os nacionais sem preparação para gerir aqueles níveis atingidos. Importa questionar o seguinte:

- Será que os sistemas coloniais corresponderam às necessidades dos países africanos e por isso se devem manter as relações de dominação e exploração anteriormente existentes? Infelizmente nalguns dos nossos países ignora-se completamente a história pré-colonial, a história colonial, esquecem-se as formas de organização socio-culturais e políticas dos diferentes grupos. As elites locais pretendem substituir-se a

administração colonial e seguir na mesma direcção sob o signo da modernidade e do progresso.

- A marginalização de largos sectores da sociedade, a sua não participação na tomada de decisões, a ignorância dos poderes tradicionais e simbólicos, das crenças e práticas africanas, da necessidade da coesão familiar, da prioridade do consumo à poupança, conduzirá necessariamente, na nossa opinião a desastamentos e insucessos. O desenvolvimento terá de assentar no conhecimento profundo da realidade socio-cultural e económica do país e enraizar no seu contexto histórico, considerando a intervenção de todos os poderes ao nível comunitário ou distrital, porque o desenvolvimento é fundamentalmente um esforço interno, esforço de superação e integração a vários níveis.

A integração cultural poderá jogar pelas razões apontadas, um papel determinante como factor de unidade base, de motivação e de entendimento. Assim nas suas relações com outros domínios de saber como a educação e a comunicação, importa assegurar:

- a criação de mecanismos adequados de comunicação com os actores sociais das culturas populares a fim de que possam participar na escolha das prioridades e formas de realização da sua cultura.
- a democratização do saber na difusão do conhecimento privilegiando igualmente as zonas rurais e as zonas urbanas;
- desenvolvimento dum sistema informal de ensino que valorize a língua materna e incida sobre a formação de jovens camponeses e quadros polivalentes, protagonistas nas mudanças do mundo rural;
- mudanças significativas no sistema formal de ensino, que promovam a educação básica e o acompanhamento pedagógico sistemático, um novo calendário escolar e currículo adequados ao mundo rural;
- programas integrados de comunicação social e cultural, susceptíveis de contribuir para a plena intervenção dos indivíduos e colectividades no circuito do saber, ao nível local. Estes programas operativos deverão ser concebidos no quadro do desenvolvimento endógeno;
- os programas de agricultura, por exemplo, deverão integrar informação ecológica e ambientalmente sustentável com o reconhecimento do contributo económico das mulheres e do seu acesso à tomada de decisões ao nível da comunidade e do distrito.
- programas de valorização distrital de todo o seu património cultural quer seja físico ou musical, produtivo ou artesanal que contribuam gradualmente para o desenvolvimento da reflexão e consciência crítica.

BIBLIOGRAFIA

- Dep. De História, UEM- História de Moçambique - vol. 3
Malyn, Newitt - A History of Mozambique, Haust Company, 1995, Londres
Medeiros, Eduardo, História de Cabo-Delgado e Niassa, 1836/1929
Machado, Major A. Mello - Entre os Macuas de Angoche, Prelo, Lisboa
Mazula, Brasão- Moçambique, Eleições e Democracia e desenvolvimento
Mendes, João - A Nossa situação, o futuro e o multi-partidarismo, Tempográfico Maputo
Monteiro, Fernando - O Islão, o poder e a Guerra em Moçambique, 1964/1974
Verschur, Christine - Mozambique, Dix ans de solitude, L'Harmattan
Geffray, Christian - A causa das armas, Editora Afrontamento, Porto 1991
Murteira, Mário - Os estados de língua Portuguesa na Economia mundial, Editorial
Presença, Lisboa.